

# PÁGINA DA EDUCAÇÃO

INFORMATIVO SEMANAL DA APP-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

APP-Sindicato: Av. Iguáçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: [www.appsindicato.org.br](http://www.appsindicato.org.br) | Facebook: @appsindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto  
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Batista (MTB 8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1417

15 de janeiro de 2025

## APP denuncia o Mais Escolas Paraná e requer cancelamento definitivo do projeto que visa entregar mais de R\$ 5 bilhões a empresas privadas

A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná apresentou nessa semana uma denúncia formal ao Ministério Público Estadual (MPE) contra o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) denominado “Mais Escolas Paraná”. O programa, que visa a concessão, construção e manutenção de 40 escolas públicas no estado por meio de duas etapas de privatização, está orçado em mais de R\$ 5 bilhões, conforme o edital nº 17/2024.

Além da denúncia ao MPE, o Sindicato protocolou um ofício diretamente à Secretaria de Estado da Educação solicitando o cancelamento definitivo do projeto. A APP destaca que o programa compromete a gestão democrática das escolas públicas, precariza condições de trabalho e apresenta inconsistências legais e administrativas.

“Estamos agindo para barrar qualquer iniciativa que comprometa o caráter público e inclusivo da educação básica no Paraná. Não aceitaremos a implementação de modelos que prejudicam trabalhadores e estudantes em favor de interesses privados”, afirma a presidente da APP-Sindicato, Walkíria Mazeto.

De acordo com o edital, o custo total da PPP, dividido em dois lotes, supera os R\$ 5 bilhões. O Sindicato questiona a aplicação de recursos públicos em um modelo de gestão que viola princípios constitucionais e legais. Entre as ilegalidades apontadas estão a ausência de uma matriz de riscos e indicadores de desempenho, além da restrição à participação popular nas audiências públicas, que têm sido realizadas majoritariamente de forma virtual.

### Audiência

O edital prevê uma audiência pública para 14 de janeiro de 2025, às 14 horas, com transmissão pelo canal oficial da Secretaria de Educação no YouTube. A APP-Sindicato critica o formato, afirmando que ele limita o acesso e a interatividade, comprometendo a transparência e a participação popular.

O advogado do APP-Sindicato, Adenilson Zanini, reforça que o projeto fere direitos fundamentais da educação pública. “Esse modelo, que já apresentou falhas em outros estados, fragmenta a gestão escolar e promove a priva-



tização disfarçada de serviços essenciais, prejudicando diretamente estudantes e trabalhadores da educação”, afirma.

### Impactos pedagógicos

O Sindicato alerta para os impactos pedagógicos irreparáveis que o projeto pode causar. A terceirização de serviços não pedagógicos, como segurança, alimentação e limpeza, compromete a articulação entre a gestão pedagógica e administrativa. Isso ameaça a qualidade educacional e a autonomia das escolas, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Outros pontos destacados na denúncia incluem a precarização das condições de trabalho dos profissionais de apoio escolar; a descontinuidade na implementação de políticas educacionais integradas; e o risco de conflitos entre as gestões pública e privada.

A denúncia apresentada ao Ministério Público Estadual foi recebida pela Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público, que irá analisar o caso. No ofício encaminhado, a APP-Sindicato solicitou a abertura de um procedimento investigativo para averiguar possíveis irregularidades e garantir que a educação pública paranaense permaneça integralmente sob responsabilidade do Estado.

A APP-Sindicato reforça seu compromisso com a defesa da educação pública e gratuita, mobilizando núcleos sindicais em todo o estado para ampliar a pressão contra o projeto. A entidade aguarda uma resposta formal da Secretaria de Estado da Educação e do Ministério Público sobre as demandas apresentadas.

**Lista mostra 28 escolas que Ratinho Jr. e Roni decidiram fechar em 2025 no Paraná**

O ano de 2025 ainda está começando e as notícias de ataques contra a educação pública do Paraná já começaram a circular. De acordo com uma lista compartilhada na internet, o governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), e o secretário da Educação, Roni Miranda, decidiram fechar, a partir deste ano letivo, 28 instituições de ensino em várias regiões do estado.

Jovens e adultos que não terminaram os estudos na idade certa e estudantes que moram na zona rural devem ser os(as) mais prejudicados(as). Na relação há 12 centros estaduais de educação básica para jovens e adultos (Ceebjas), 11 escolas do campo e 5 escolas e colégios que funcionam no modelo tradicional.

As instituições de ensino mencionadas estão localizadas em 27 municípios diferentes. No Núcleo Regional de Educação (NRE) Área Metropolitana Sul, o mais atingido, quatro Ceebjas aparecem na lista. Nos NREs de Assis Chateubriand, Cornélio Procópio, Laranjeiras do Sul e Toledo, o fechamento deve atingir três escolas em cada regional.

Segundo a secretária executiva Educacional da APP-Sindicato, Margleyse Adriana dos Santos, a lista procede. Ela critica essa política e afirma que o objetivo da gestão Ratinho Jr. é cortar investimentos onde a população mais precisa para conseguir financiar o projeto neoliberal em curso, que prevê a distribuição do dinheiro da educação para empresários por meio privatizações e da compra de plataformas ineficazes.

Para a dirigente, o número de escolas do campo a terem o atendimento encerrado também é preocupante. Margleyse explica que essas instituições desempenham papel que vai além da oferta de ensino, pois fazem parte da vida e da manutenção das tradições das comunidades.

Margleyse explica que o sindicato tem feito a luta contra esse tipo de ataque e vai continuar mobilizando as comunidades escolares para fortalecer a resistência. A dirigente destaca que a APP-Sindicato tem acionado o Ministério Público e a Justiça para assegurar o direito à educação e impedir o avanço do desmonte do ensino público na rede estadual.